



ESPAÇOS DE MEMÓRIA E A RESISTÊNCIA NO DISCURSO *SOBRE A LÍNGUA*

Maria Cleci Venturini (UNICENTRO)

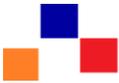
RESUMO: O tema do artigo é o discurso *sobre* a língua em funcionamento na mídia, como resposta a práticas coercitivas que determinam a escrita e a fala. Nosso objetivo é sinalizar para a concepção discursiva de língua, estruturada por uma base linguística e por processos discursivos, em contraposição à língua como sistema, tal como foi preconizada por Saussure. Além disso, colocamos em suspenso a resistência que vem da mídia, enquanto instituição que questiona as práticas de coerção, de regulação. Os conceitos estruturantes do texto são os espaços de memória e a resistência que envolvem os funcionamentos da memória, as formas do silêncio, as concepções de língua/linguagem e os conceitos que eles reclamam.

PALAVRAS-CHAVES: espaço de memória, língua, resistência

MEMORY SPACES AND RESISTANCE IN THE DISCOURSE *ABOUT LANGUAGE*

ABSTRACT: This paper focuses on the discourse *about* language in media, in response to the coercive practices that determine writing and speaking. Our goal is to highlight the discursive conception of language structured on a linguistic basis and on discursive processes, as opposed to the idea of language as a system, as advocated by Saussure. In addition to that, we put on hold the resistance of media as an institution that questions coercive and regulatory practices. The fundamental concepts of the text are the memory spaces and resistance which entail memory workings, silence forms, language conceptions and the concepts they claim for.

KEYWORDS: memory space, language, resistance.



A língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam suas regras e fórmulas, em sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua. (ORLANDI, 2009, p. 18)

Primeiras palavras e delineamentos

O foco do nosso texto é o discurso *sobre* a língua em funcionamento com vistas a colocar em suspenso a resistência da mídia a processos de coerção que determinam como a língua deve ser falada ou como deve ser mobilizada por sujeitos em dada formação social. Elegemos a mídia em função das materialidades que estruturam o *corpus* analítico e porque, nesse *corpus*, há um gesto interpretativo em torno do manual do politicamente correto e de discursos em torno da obra de Monteiro Lobato, Lima Barreto, entre outros. O modo como esses autores mobilizaram a língua, usaram as palavras e significaram/construíram suas personagens rendeu-lhes a acusação de serem preconceituosos.

A acusação de racismo e de preconceito imputada a Monteiro Lobato, escritor que nasceu em Taubaté-SP e viveu entre 1882 e 1948, é o fio condutor do nosso *corpus*. Segundo Azevedo (2012), em 2010, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial fez uma denúncia contra Monteiro Lobato e o Conselho Nacional de Educação determinou que a obra *Caçadas de Pedrinho* fosse retirada das escolas. Como a repercussão foi bastante grande, o Conselho reviu a sua posição e a obra foi reconduzida às bibliotecas escolares. Em 2012, o Instituto de Advocacia Racial, o IARA, e um técnico em gestão educacional retomaram as questões de racismo, na obra, alegando que Monteiro Lobato referiu-se à personagem Tia Anastácia de modo preconceituoso, especialmente, na passagem em que Emília se refere a sua carne preta e ao fato de ela esquecer os reumatismos e ‘trepar’ feito uma ‘macaca’.

Outra manifestação coercitiva em torno da circulação da língua foi a tentativa de censurar o dicionário Houaiss. De acordo com a *Revista Veja*, trata-se de um delírio da ‘patrulha do politicamente correto’, pois o que está no



dicionário abarca significados de uso corrente e a relações estabelecidas em torno de sentidos que circulam socialmente. O alvo, dessa vez, foi a palavra ‘cigano’ que, de acordo com os acusadores, foi definida pejorativamente pelo dicionarista, estudioso da linguagem. No que tange à mídia e à resistência que ela exerce em relação à coerção *sobre* a língua, vale ressaltar que ela não só imobiliza a interpretação, mas também a direciona e a encaminha, de acordo com a política editorial dos veículos midiáticos em que as materialidades circulam e fazem sentido.

De acordo com Orlandi (2004), os sentidos que circulam na mídia não são aleatórios, mas ideológicos e encaminham para direções previamente determinadas, atendendo a razões e a filiações nem sempre reveladas. Assim, os efeitos de sentidos sempre podem ser outros, porque não dependem apenas do sujeito que ocupa a posição de autor e se constitui pelos efeitos dessa posição, mas também de processos e práticas ligadas ao discurso.

A retirada da obra de Monteiro Lobato de circulação, as críticas à obra de Lima Barreto e ao dicionário Houaiss são exemplos de acontecimentos que instauram redes parafrásticas em torno do movimento do politicamente correto. Esse movimento desencadeou-se a partir de 2004, quando Antonio Carlos Queiroz com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, publicou o manual/cartilha em que elegeu o que é politicamente incorreto. O autor entrou na ordem no discurso, nos termos propostos por Orlandi (1996), pela relação da língua com a história, no caso, pela legitimidade decorrente do poder e/ou da autorização do Estado. Entretanto, o mapeamento do politicamente incorreto apaga o lugar do linguista, que não é nomeado, na publicação do manual, como ‘formador de opinião’, sendo citados políticos, jornalistas, entre outros, mas não o professor ou o linguista.

O manual, de acordo com Salache (2014), foi retirado de circulação, mas apesar disso, desencadeou discussões em torno do que é ou não correto, ou melhor, do que pode ou não pode ser dito. Linguistas, dentre eles, José Luiz Fiorin, escreveram crônicas defendendo a liberdade de expressão e destacando

os equívocos em relação à higienização da língua. O autor denuncia que nessa higienização há equívocos em relação à língua e a sua estrutura, especialmente, no que tange à origem das palavras, e cita como exemplo a palavra ‘judiar’, que segundo ele, é significada, equivocadamente, em relação ao povo judeu e, por isso, considerada uma palavra politicamente incorreta, devendo ser evitada.

Em sua dissertação, Salache (2014) constatou que Fiorin, no texto analisado, inscreveu-se na formação discursiva dos linguistas, mas ao mesmo tempo, posicionou-se em torno da fala considerada ‘politicamente’ correta, instaurando a contradição, pela qual o sujeito ocupa mais de uma posição, no interior de uma mesma formação discursiva (doravante FD), especialmente, quando demonstra aceitar que sejam ditadas normas de ‘bom comportamento’.

O *corpus* a ser analisado, neste artigo, tendo em vista a resistência a práticas coercitivas que determinam a fala e a escrita, constitui-se de charges que circularam na *internet*, satirizando e empreendendo crítica à obra de Monteiro, apagando o fato de o escritor exercer a licença poética e de não ter compromisso nem com a verdade, nem com a realidade.

A obra *Caçadas de Pedrinho*, objeto da crítica coercitiva, desenrola-se em outro contexto sócio-histórico, mais precisamente, no início do século, quando era considerada apenas uma parte dos sujeitos, ou seja, os portugueses colonizadores, que se inscreviam na FD dominante. Os demais sujeitos, assim como as crianças, eram significados apenas como ‘animais de estimação’. Além disso, o espaço físico não é o urbano e as crianças, assim como os animais, dentre eles, o macaco e o rinoceronte, viviam na floresta e faziam parte do cotidiano e das memórias dos sujeitos. A língua em funcionamento, naquelas condições de produção, era a dos portugueses e não havia preocupação com a dupla interpretação, além do que, nessa formação social, havia apenas uma classe social: a dos brancos, moradores da casa grande.

O politicamente correto tal como é concebido, no discurso da atualidade, não se restringe somente à cor da pele, ao contrário, abrange as características físicas do sujeito, no caso, dos moradores do sítio, como por exemplo: ter nariz arrebitado, ser sucupira e ter uma perna só, ser preta, entre outras



características ou ser comparada aos animais. No que tange a essas condições de produção, cabe questionar: quem garante que a comparação com o macaco produz o mesmo efeito de sentido na língua que funciona hoje? O macaco, na obra, é o animal que fica no zoológico? Há alguma relação com o evolucionismo darwiniano em relação à construção das personagens?

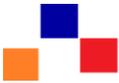
Recortamos três exemplares de discurso para analisar o discurso *sobre a língua*, buscando pelas memórias que neles retornam e os discursos que os sustentam. O nosso gesto de interpretação, ao recortar e não apenas segmentar as materialidades significantes, deve-se ao fato de elas instaurarem a resistência e a crítica ao que é designado de politicamente correto. Além disso, a sua leitura e interpretação exige que os sujeitos rompam com o conceito de língua proposto por Saussure, no CLG, e se inscrevam na perspectiva discursiva, em que a língua significa pela história e se constitui por uma base material e por processos discursivos, como referenda Pêcheux (1997), destacando a sua autonomia relativa.

Além disso, pelos espaços de memória convocados, as materialidades se estruturam não só pelo verbal, mas também pelo não-verbal, o qual significa pela memória e se diz pela língua que rompe com a linearidade, com a completude e se constitui pela falha, pela falta e por equívocos. De acordo com Pêcheux e Gadet (2004, p. 64), os equívocos não ocorrem na poesia, “porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente no ponto em que o impossível (o linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”.

1. Discursos *sobre a língua* (sistema) e *sobre a língua* (discurso)

Abordamos o discurso *sobre a língua* a partir de dois lugares: do sistema e do discurso. Essa contraposição justifica a abordagem do discurso *sobre*¹ a

¹ Venturini (2009) enfoca o discurso *de* e o discurso *sobre* como funcionamentos da memória, em que o primeiro recobre o interdiscurso e, o segundo, a atualidade.



língua, a partir de Saussure, entendendo que o discurso do mestre genebrino funciona como um discurso *de*, que sustenta e atualiza o discurso *sobre* a língua, na perspectiva discursiva. A língua praticada pela Linguística, inaugurada por Saussure, nesse sentido, é um discurso fundador, tal como foi definido por Orlandi (2001).

A obra inaugural da Linguística é o Curso de Linguística Geral (CLG), que recupera os três cursos ministrados por Saussure, entre 1907 e 1910, e foi organizada por Charles Bally e Albert Schehaye, seus alunos – a partir de anotações de suas aulas e de conclusões resultantes delas. Dessa forma, fizeram circular a teoria saussuriana, a qual, de acordo com Isaac Nicolau Salum, prefaciador da edição Brasileira (1998, p. XVI), publicada pela Cultrix, ao invés de ser lida, serve de lugar de pesquisa, e é tomada como verdade em relação à ciência linguística e à concepção de língua disseminada no curso.

Trata-se, segundo o prefaciador, de uma obra lida de segunda mão, podendo ser comparada às obras de Jesus e de Sócrates. O primeiro, lido e compreendido por meio do que disse aos seus apóstolos e a outras pessoas que não foram testemunhas oculares de seus milagres, mas que acreditaram e reproduziram a sua palavra e, também, do que escreveram sobre ele; Xenofonte e Platão testemunharam sobre Sócrates e a sua obra. Da mesma forma, os escritos saussurianos nasceram de apontamentos de seus alunos, pois nem mesmo os seus manuscritos puderam ser aproveitados por duas razões: pela incoerência em relação às aulas ministradas e porque boa parte deles se perdeu.

O CLG instaura contradições em relação à linguística, ressoando no discurso *sobre* a língua, pela separação entre língua/linguagem e pela inscrição da língua na Semiologia, ciência que estuda os signos verbais e a significa como sendo uma parte da linguagem. O objetivo foi identificar e colocar para funcionar a língua como objeto da linguística, determinando a metodologia de investigação que a inscreve como ciência dotada de autonomia e especificidade. Para isso, Saussure recortou a língua como objeto, pois para ele, a linguagem pode ser estudada do ponto de vista de outras ciências, tendo em vista que ela é:



[...] heteróclita e multiforme; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir a sua unidade. (SAUSSURE, 1998, p. 17)

Segundo o linguista, a universalidade e a abrangência da linguagem possibilitariam e atenderiam à especificidade de outras ciências. Além do mais, “o exercício da linguagem repousa numa faculdade da linguagem que nos é dada pela natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional” (SAUSSURE, 1998, p. 17). Diante dessas constatações, conclui que o objeto da Linguística é a língua (*langue*), pela sua convencionalidade e homogeneidade. Para ele, a língua é, em última instância, um produto da sociedade, o que significa dizer que o falante não é responsável pelas mudanças que possam ocorrer nela.

Já a fala (*parole*), entendida como o lado individual da linguagem, faculta a liberdade de criação e é responsável pelas mudanças na língua, em seu funcionamento social. Para o linguista, “na fala se acha o germe de todas as modificações, cada uma delas é lançada a princípio, por certo número de indivíduos, antes de entrar em uso” (SAUSSURE, 1998, p. 115). É pela repetição e pela aceitação das transformações e mudanças na comunidade em que os sujeitos vivem, que a fala entra na língua como sistema resultante do coletivo. Disso se pode dizer que qualquer alteração da língua, nessa perspectiva, acontece quando a mudança é acolhida e faz sentido para todos os que vivem em uma mesma comunidade linguística.

Para Saussure (1998), a dicotomia língua/fala separa, de um lado, o que é social e, de outro, o que é individual, estabelecendo distinções entre o essencial e o acessório (mais ou menos accidental). A fala – *parole* – é accidental, na perspectiva saussuriana, pois há, segundo Hjelmslev (1968), um sistema sem processo, mas não processo sem sistema. Essa separação determina que, no exercício de sua individualidade – pela fala – o falante subordina-se ao sistema,

às regras que determinam o funcionamento da língua, que não dependem daquele que fala.

Isso significa que a língua é um objeto construído por abstração pelo mestre genebrino e tem origem em um conjunto de fatos. Cabe ao linguista, portanto: reunir um número variado de mensagens produzidas pelos falantes de uma determinada língua, fazer um inventário de unidades distintivas dos vários níveis, classificá-las e depreender suas regras combinatórias. Essa separação foi alvo de muitas críticas, mas segundo estudiosos, fez com que a Linguística passasse a figurar no domínio da ciência. De acordo com Orlandi (2002a), o silêncio em relação a Saussure e ao discurso *sobre* a Linguística e *sobre* a língua, o seu objeto, ocorre porque ele não escreveu o CLG, silenciando, portanto, suas pesquisas e, também, porque houve, por parte dos estudiosos, silenciamentos em torno do Saussure dos Anagramas, segundo Gadet e Pêcheux (2004), o Saussure noturno, obscuro.

Em relação à língua e, inscrevendo-se na perspectiva discursiva, Pêcheux (1997) sustenta que ela é igual para todos, mas o uso que os sujeitos fazem dela, na formação social e em suas práticas linguageiras, altera-se. O autor afasta-se da língua em seu funcionamento coercitivo, pelo qual o sujeito, para falar e para constituir uma relativa autonomia *sobre* o como dizer e o modo de dizer, deve considerar, necessariamente, a língua como sistema, elegendo como centro a base linguística marcadamente homogênea. Pela perspectiva discursiva, a língua é opaca, sempre sujeita à falta e à falha, instaurando equívocos, os quais, segundo Gadet e Pêcheux (2004), ocorrem quando a língua ‘toca’ a história.

Orlandi (2002, p. 13), em relação à língua constituída por uma base linguística e por processos discursivos, avança na teoria, diferenciando língua fluida e língua imaginária, ancorando-se no que ela designa de “modos de existência da linguagem no próprio trabalho conceptual da noção de língua”. Assim, a língua imaginária aproxima-se do que Pêcheux define como base linguística e os processos discursivos, apesar de não serem sinônimos da fala, inscrevem-se na língua fluida. Segundo Orlandi (2002, p. 13),



[...] a língua imaginária funciona como sistema fechado, normas, artefato do linguista (mas também dos missionários e outros assemelhados) ao passo que a língua fluida é a língua no mundo, sem regras que a aprisionem, língua no acontecimento do significar na relação de homem com homens, sujeito e sujeitos.

Na perspectiva discursiva, interessa, portanto, a língua imaginária e também a língua fluida. A primeira tem como foco a institucionalização e os saberes em relação à língua que não estão nela e instauram o equívoco pela relação língua e história. Disso demanda abordar a língua imaginária e a língua fluida, tendo em vista que há uma língua institucionalizada e que se pretende homogênea e convencional e uma língua como prática sócio-discursiva, que escapa ao convencional, pois “quanto mais se busca determinar na língua, mais se indetermina no discurso”, de acordo com Ferreira (2013, p. 136).

De acordo com Orlandi (2002), a relação entre a língua imaginária e a língua fluida sinaliza para a divisão da língua em materna, nacional, dialeto, língua geral, deslocando sistemas de pensamento que colocam no centro as noções de influência, de empréstimo e outras aparentadas a essas, seja em relação às línguas ou em relação às teorias *sobre* elas. Orlandi (2002) sublinha que esse deslocamento dá condições para pensar a língua fora dos parâmetros do século XIX.

A divisão da língua em fluida e imaginária, proposta por Orlandi (2002), permite pensar em formações discursivas que funcionam, na perspectiva discursiva, como lugares de filiação e, também, em relação ao “caráter material do sentido das palavras e dos enunciados”, tratados por Pêcheux (1997, p. 160). O autor destaca que o sentido é mascarado para o sujeito, sob a forma de transparência, que “consiste na sua dependência constitutiva [...] ao todo complexo com dominante das formações ideológicas”. Em relação ao sentido dos enunciados, o fundador da AD defende duas teses: que o sentido não é literal, mas dependente do processo sócio-histórico em que são reproduzidos, entrando em rede com as formações discursivas, que determinam o que pode/deve ser dito ou o contrário. Por essa primeira tese, destaca a interpelação

dos indivíduos em sujeito e os processos discursivos, dos quais as paráfrases e sinonímias são apenas parte do funcionamento.

A segunda tese defendida por Pêcheux (1997, p. 161), é a de que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência ao todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”. É assim que o sistema de evidências instaura, para o sujeito, a ilusão de realidade e de significações “aceitas, experimentadas” e se reproduz o efeito-sujeito, “como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior), [...] e do interdiscurso como real (exterior)” (PÊCHEUX, 1997, p. 162). Com isso, desenvolvem-se as relações entre forma-sujeito, em que o sujeito do discurso se constitui por esquecimentos: pelo esquecimento ideológico, tem a ilusão de que é a origem do dizer. Pelo esquecimento enunciativo, o sujeito pensa que ao produzir seu discurso, o dizer só pode ser um. Contudo, o mesmo dizer é dito com outras palavras, pela instauração de redes parafrásticas em que há repetição, mas nem sempre os mesmos sentidos. De acordo com Orlandi (1999), as palavras não são indiferentes aos sentidos, mas se filiam a espaços e domínios de memória.

As duas teses desenvolvidas por Pêcheux e o que ressoa pelo trabalho de Orlandi (2002; 2002a; 2014), ao se referir ao silêncio, à censura, à resistência e aos sentidos em fuga, ecoam pelo imaginário, em nosso *corpus*, em torno do que seja preconceito linguístico e linguagem politicamente correta, higienizada. Os sentidos em fuga encaminham para a polissemia e para o equívoco, porque promovem o rompimento com a repetição e introduzem, por vezes, o ‘novo’. Junto a isso, e ao que vem pela forma-sujeito, vale destacar a resistência decorrente da divisão e heterogeneidade do sujeito, o qual se inscreve em formações discursivas, mas, ao mesmo tempo, afasta-se delas, assumindo posições críticas, instaurando a contradição e, muitas vezes, o antagonismo.

Orlandi (2002a, p. 127) afirma que “uma vez estancado os processos de sentido, numa posição em sua relação com as formações discursivas, o sentido emigra (e se desloca) para qualquer outro objeto simbólico possível”. Ainda em



relação aos processos de constituição de sentidos, destaca que em “situação de censura pelo menos, os estereótipos são pontos de fuga de sentidos” (ORLANDI, 2002a, p. 128). É assim que a língua em funcionamento escapa da literalidade e convoca a exterioridade e a historicidade. De acordo com Pêcheux (2002, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

2. Entrelaçando teoria e análises

As análises das materialidades recortadas para discutir os espaços de memória e a resistência da mídia a coerções em relação ao modo como as línguas devem/podem funcionar apontam para o funcionamento da língua em sua literalidade, como sistema convencionalizado, mas também para o funcionamento da língua que convoca a discursividade e, com ela, o compromisso com sujeitos e com as condições de produção. Nos termos de Orlandi (2002, 2002a, 2014), a língua imaginária convoca a língua fluida para significar, sinalizando para a permanência ou para a fuga de sentidos.

Vale dizer, antes de iniciar as análises, que na perspectiva discursiva, é possível analisar não só o verbal, mas também, o não-verbal, estruturado por texto-imagem, como materialidades significantes, a partir de enunciados-imagem, definido como espaço interdiscursivo porque significa pela memória, que convoca e faz funcionar, e pela ideologia instaura evidências da transparência da linguagem e da homogeneidade dos sentidos.

**MONTEIRO LOBATO
POLITICAMENTE CORRETO**

O NEGÓCIO É O SEGUINTE:

Quinho.

A ANGÉLICA SERÁ A TIA NASTÁCIA,
O SACI GANHARÁ UMA PRÓTESE,
O RINOCERONTE VAI PRO ZOO,
A NARIZINHO FARÁ UMA RINOPLASTIA,
A EMÍLIA TERÁ UM SELO DO INMETRO...

Materialidade significativa 1²

A resistência ao manual/cartilha do politicamente correto ou incorreto, proposto em 2014, faz com que ressoe a homogeneização da língua tomada como sistema fechado e homogêneo, do que se pode dizer que a materialidade significativa 1, para ser lida/compreendida/interpretada, necessita de saberes que a língua como sistema não abarca. Para significar, é necessário que o sujeito pense para 'além da língua', considerando as condições de produção e, nelas, o que é exterior, instaurando, de acordo com Gadet e Pêcheux (2004), os equívocos que fazem com que a língua toque a história e convoque espaços de memórias e domínios distintos daqueles planejados pelo sujeito que assume a autoria.

Na interpretação da materialidade 1, é necessário relacionar o politicamente correto e recuperar as condições de produção da tentativa de retirar a obra *Caçadas de Pedrinho* da escola, além de buscar as condições de produção do texto. Urge compreender quem são Tia Anastácia, Narizinho, Saci, Emília e o Rinoceronte. Além disso, é importante recuperar as relações entre essas personagens e Pedrinho, nessa obra, e nas demais obras do Sítio do Pica-Pau Amarelo.

Isso tudo não é suficiente, porque, se assim fosse, Angélica seria apenas um nome, o saci uma personagem de existência fictícia, o rinoceronte um

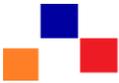
² <https://www.google.com.br/search?q=charge+monteiro+lobato+politicamente+correto>



animal que fugiu do zoológico e Emília uma boneca impertinente, que não raro toma conta da história. Tudo isso está na ordem da língua, na literalidade, nas designações (nomes) das personagens. Contudo, a possibilidade de efetivar as trocas propostas instaura o equívoco, porque a interpretação da materialidade não se dá apenas pela língua, mas pela história. Trocando nomes, sanando os problemas, haveria o apagamento, que extinguiria a obra de Monteiro Lobato, porque a retiraria de suas condições de produção. Esse é um dos pontos nodais da resistência que se realiza pela mídia, porque mostra o ridículo da cena, o modo como o que em 1933 inscreve-se no que Pêcheux (1997) chama de ‘normalidade’, transposto para o século XXI, romperia com o que foi/significa o Sítio do Pica Pau Amarelo e as personagens que o povoam.

Outro deslocamento que instaura a resistência e acentua o absurdo do acontecimento desencadeado pela “patrulha do politicamente correto” é o fato de Angélica, por exemplo, ser um sujeito da atualidade, branca, loira, bem sucedida e respeitada, instaurando redes parafrásticas que relacionam ‘negra’, ‘bicho’ e ‘macaca’, como designações referentes à Tia Anastácia. O saci e a boneca falante são seres da ficção e a última possui, na obra, um funcionamento próprio: é única e singular. Mas, na atualidade, o Inmetro responsável por catalogar e colocar selo em ‘criações’, inscreveria a personagem no rol dos brinquedos, tirando-a do mundo ficcional, em que se originou e faz sentido junto a outras personagens. Pedrinho, nessa obra, é um caçador, mas os animais não se encontravam em extinção e não havia a defesa dos animais, diferenciando-se da atualidade.

Interessa-nos, em relação à obra *Caçadas de Pedrinho*, o modo como a mídia enfoca a proibição de sua circulação e como se realiza o jogo da língua, fazendo com que retornem outros acontecimentos em torno da coerção e do seu gerenciamento, ou seja, o manual do politicamente correto, a obra de Lima Barreto e o emprego das palavras no dicionário. Ressoam, também, outros episódios, pelos quais o Partido dos Trabalhadores (PT), representado por José Dirceu e pelo presidente do partido, aventou a necessidade de regular a imprensa.



Nessa materialidade significativa, as redes parafrásticas se constituíram pelas palavras regulação X silêncio tumular, convocando distintos espaços de memória e sujeitos que filiaram o dizer a esses domínios, no caso, José Dirceu e o presidente do PT, de um lado, e de outro, a presidente Dilma. Tanto a regulação quanto o silêncio tumular fazem com que retornem memórias e discursos dos anos de chumbo e as consequências desse período para a política brasileira.

Vale destacar, ainda, que o enunciado ‘o negócio é o seguinte’ rompe com a regularidade da situação em tela, tendo em vista que um sujeito, com um pergaminho na mão, sendo assistido por outros, convoca memórias em torno de um porta-voz que fala ao povo. Não se trata de uma fala qualquer, mas de ‘ordens’, ‘interdições’. Entretanto, a palavra ‘negócio’ rompe com essa memória e convoca outro espaço de memória, mais precisamente, a informalidade, a brincadeira em torno da situação, desencadeando como possível efeito de sentido, a troça, o humor, a sátira. Além do que, os sujeitos convocados fazem parte do mundo ficcional e se inscrevem em um contexto sócio-histórico distinto da atualidade. É possível, ainda, identificar distintos efeitos de sentido, considerando o sujeito que fala, o qual está com fones de ouvidos e está com uma prancheta nas mãos e não com um pergaminho, perguntando quem é ele e a que formação discursiva se filia: seria um locutor de rádio, narrando uma disputa? Ou um comentarista político?

No que tange ao não-verbal, os olhos das personagens instauram efeitos de surpresa e sinalizam para a sátira, dando visibilidade para o inusitado do acontecimento, mais precisamente, para a coerção em torno do gerenciamento da língua e da memória literária e social do Brasil, promovendo apagamentos e denegações.

Materialidade significante 2³

Os fios condutores da materialidade significante 2 são Lobato, a escola e os menores para os quais a obra é proibida. As redes parafrásticas se constituem pelas instituições e por sujeitos do discurso, mais precisamente, pela palavra escola (escrita *iscola*), pelo enunciado-imagem do mapa do Brasil (o mapa de cabeça para baixo), o professor velho e carrancudo, Lobato e Pedrinho. A escola, na materialidade significante em tela, é desconstruída, totalmente, pois está grafada incorretamente e o mapa está virado. O mapa, em seu funcionamento como espaço interdiscursivo pode fazer ressoar a decadência do ensino, para o objeto do ensino (o Brasil como conteúdo pedagógico) ou para o estado político e econômico de degradação que se encontra o Brasil.

Um dos efeitos de sentidos possíveis, no discurso veiculado por essa materialidade significante, é de que a escola se encontra decadente, a língua é ensinada incorretamente, o professor é atrasado, despreparado e, finalmente, de que o Brasil perdeu o rumo. Trata-se, enfim, de uma crítica, um modo de resistir a proibições e coerções em torno do funcionamento da língua no que tange a sua relação não com a sua estrutura, enquanto sistema ligado à base linguística, mas ao que ela convoca como exterioridade. A resistência a essas coerções, na mídia, ocorre principalmente pelo que ressoa como memória e pelos discursos que retornam e isso faz com que os efeitos de sentidos mudem, tendo em vista

³ <https://www.google.com.br/search?q=charge+monteiro+lobato+politicamente+correto>

a sua relação com sujeitos e com as condições de produção. Quando dizemos que dependem de sujeito, pensamos na ideologia e no seu funcionamento.

No enunciado “Não chore, Pedrinho. Não é você que não serve para este país. É este país que não serve para você. Um país sem homens, sem livros e em breve, sem liberdade”, a reiteração da palavra ‘sem’ encaminha para a falta e para efeitos de sentido de decadência, destruição, de falta, que remete ao que o país já teve, mas perdeu. A repetição dessa palavra não ocorre por acaso, tendo em vista a ordem em que homens/livros/liberdade são citadas, instaurando redes de memórias, nas quais o homem é o criador, os livros aparecem como o produto dessa criação e a liberdade, a última e derradeira ausência, resulta dos homens e dos livros. O primeiro como aquele que subverte a ordem da língua e a ordem institucional e, a segunda, como espaço de liberdade de criação e de interpretação.

Pela referência a ‘os homens’ pode ressoar escritores importantes, como o próprio Monteiro Lobato, que estão sendo censurados e apagados na cultura do país, além da falta de lideranças políticas, de renovação. Pela expressão ‘Sem livros’ retornam as ações contra Lobato e a tentativa de retirada de suas obras das escolas, especialmente, *Caçadas de Pedrinho*, ressoando, também, o apagamento da licença poética, da cultura e do fato de que a língua funciona em relação a comunidades de fala, pelas quais ocorrem as mudanças. Por conta dessas alterações, se forem ‘fiscalizadas’ as obras dos escritores, muitas serão censuradas e, muito provavelmente, não haverá livros nas escolas e nem escritores clássicos no país.

O fecho dessa materialidade está em ‘em breve sem liberdade’, pelo que retornam discursos e memórias da ditadura, as quais dão visibilidade às constantes referências à regulação da imprensa. Cabe ainda, verificar, a filiação do sujeito que assina a materialidade significativa, do que se poderia saber, se a grafia errada da palavra ‘escola’ é uma crítica ao presidente Lula, que não possui curso superior e atropela as normas da língua, centrando-se unicamente no certo e no errado ou se está desconstruindo o imaginário em torno do professor.



Por fim, pelos enunciados “não é você que não serve para este país. É este país que não serve para você” ressoam memórias em torno do exílio, encaminhando para a coerção política que mandou para fora do Brasil muitos intelectuais, dentre eles, pesquisadores e artistas ou para o exílio voluntário aqueles que se desencantaram com o país. Ainda em relação ao enunciado-imagem que se estrutura por Pedrinho de joelhos diante do Brasil de ‘cabeça’ para baixo, podemos interpretar a desolação, a desilusão ou a tristeza de quem perde a sua Pátria ou a posição de um sujeito diante de um morto, ou totalmente perdido. Esse sentido de morte ressoa pelo mapa virado, pela palavra ‘escola’ escrita errada e por todas as negações materializadas pela palavra ‘sem’. Memórias em torno da perda de rumo e de direção retornam por meio do enunciado-imagem do mapa do Brasil de cabeça para baixo.

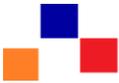
O discurso *sobre a língua*, na análise da materialidade 2, dá visibilidade ao funcionamento discursivo e ao modo como os espaços discursivos respondem pelos efeitos que se constituem pelo funcionamento da língua. As formações discursivas, como o lugar material da ideologia, sinalizam para a filiação de Monteiro Lobato a um outro país, que não o da atualidade, destacando, provavelmente, as suas filiações políticas.



Materialidade significativa 3⁴

A terceira materialidade significativa inverte a ordem discursiva da obra de Monteiro Lobato, na qual a Cuca é uma personagem criada para causar medo

⁴ <https://www.google.com.br/search?q=charge+monteiro+lobato+politicamente+correto>



às crianças, fazendo parte também das canções de ninar em que a mamãe canta “dorme nenê que a Cuca vem pegar”. Na obra literária, Monteiro Lobato é responsável pelo enredo e exerce a função coercitiva em relação à personagem, determinando o que ela pode ou não fazer/dizer. Na atualidade, diante das denúncias de racismo e de preconceito, a Cuca está sentada no lugar daquele que vai executar a punição ao escritor. O insólito está no fato de que Lobato, apesar de estar algemado e preso por policiais, não é ameaçado de cadeia, mas de ‘apodrecer no inferno das próximas 500 reinações de Narizinho’.

Os policiais interceptando Monteiro Lobato, nessa materialidade, podem encaminhar para o discurso que renuncia o possível retorno da ditadura, entrando em rede com a materialidade anterior, em que funciona a expressão ‘sem liberdade’. De um lado, há referência à punição, mas de outro, a punição não é significada como cadeia, mas como um retorno ao mundo ficcional, ou seja, o sujeito será condenado a viver as próximas 500 reinações de Narizinho. É importante sublinhar que as reinações de narizinho retomam as aventuras da menina e da turma do sítio. O inusitado e a resistência se materializam pelo fato de Monteiro Lobato ser quem gerencia/determina quais serão as reinações de Narizinho e ele será condenado a vivê-las. De todo modo, viver as quinhentas reinações seria um castigo para o escritor, porque em cada uma delas, a menina e a turma toda vivem sempre novas aventuras, passando por perigos e preocupando os adultos, o que demanda paciência e vida longa.

Além disso, o enunciado “A coisa ficou feia pro Monteiro Lobato” instaura redes parafrásticas em relação ao medo da Cuca, que serve para fazer as criancinhas se comportarem e em relação ao castigo que ele vai receber, ou seja, ‘apodrecer’ no inferno pelas 500 reinações de Narizinho. Funcionam em um mesmo domínio, ‘a coisa ficou feia’, ‘apodrecer’ e ‘500 reinações de Narizinho’, mas há que se considerar a possibilidade de esses efeitos de sentido se deslocarem e encaminharem para ‘a coisa ficar feia’ para os brasileiros, retornando os demais discursos em torno da coerção e, também, da resistência.



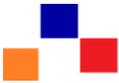
Considerações finais

Propusemo-nos, neste texto, a colocar em suspenso o discurso *sobre* a língua, sinalizando que o seu funcionamento discursivo ocorre por uma base linguística e por processos discursivos que atestam a autonomia relativa da língua. Essa autonomia decorre do trabalho da língua na história e da relação contraditória com o interdiscurso, que regula o dizer, delimita o já-dito e torna possível o a-dizer. Assim, a leitura/interpretação desse discurso em torno dos espaços de resistência depende de sujeitos e das memórias e discursos que ressoam/funcionam nas materialidades significantes em torno do politicamente correto.

Propusemo-nos, ainda, a analisar como, na/pela mídia, se constituem resistências em relação às coerções em torno da língua em funcionamento, perguntando pelas memórias e pelos discursos que sustentam/ancoram determinados efeitos de sentidos e não outros, a partir de materialidades midiáticas em torno da acusação de racismo e preconceito imputados à obra de Monteiro Lobato, mais especificamente, à obra *Caçadas de Pedrinho*.

O que podemos dizer em relação ao proposto, é que a mídia, por meio das materialidades em torno da coerção da língua, pelo jogo da língua na história, organiza a resistência, mobilizando discursos e memórias, pelos quais retornaram a ditadura militar, a decadência da escola, a falta de liberdade de expressão, a desvalorização da cultura e a inversão de valores. Esse trabalho da mídia acontece, especialmente, pelo apagamento das diferenças entre o texto literário e os textos informativos e pela relevância das condições de produção na análise e interpretação de toda e qualquer materialidade significativa.

Podemos dizer, ainda, que as materialidades analisadas deram visibilidade ao modo como os sujeitos, investidos da função-autoria, inscrevem-se em formações discursivas e resistem a determinações coercitivas, promovendo, por meio do discurso, visibilidade à resistência, mobilizando discursos que vêm de outros lugares que, pela constituição de redes parafrásticas, imbricam espaços discursivos e memórias que se deslocam e



sinalizam para os equívocos decorrentes da convocação da história na língua em funcionamento.

Na primeira materialidade, a resistência se efetiva primeiro pelo modo como o sujeito-locutor diz: ‘o negócio é o seguinte’, quebrando a organização da cena, pela qual se esperaria que o sujeito usasse uma linguagem mais formal, pois há sinais de que ele está investido do poder ‘dizer’. É assim que um possível efeito de sentido é o de que as formalidades se perderam e que ‘censurar’ uma obra literária inscreve-se na ‘normalidade’. Constituem-se, ainda, efeitos de legitimidade que ocorrem pelo apagamento de memórias e discursos e, também, das condições de produção que cercam a obra de Monteiro Lobato, escritor do século passado.

Na segunda materialidade, o funcionamento da resistência é bastante forte. A escola, que representa o lugar do saber, é desconstruída e o professor escreve ‘iscola’, desvalorizando esse espaço discursivo e as memórias que retornam nele/por ele. O mapa do Brasil está de cabeça para baixo e, talvez por isso, Pedrinho esteja de joelhos, chorando. Ele sucumbe diante do caos em torno da escola, da cultura e da memória do Brasil. Uma contradição importante é o deslocamento em torno da contravenção em relação a Pedrinho: ele mata onça e caça o rinoceronte, o que no discurso da atualidade seria crime, mesmo assim, é o país que não o merece. Nessa materialidade, a palavra ‘sem’ encaminha para ausências. O Brasil é significado como um país *sem* homens, *sem* livros e, em breve, *sem* liberdade. A sequência de negações faz com que retornem memórias e discursos em torno dos anos de chumbo, quando predominavam as negações e a coerção.

Na terceira materialidade, a resistência se manifesta pelo jogo da língua, sinalizando que Monteiro Lobato não se inscreve nos espaços de memória da atualidade e não poderia, por essa razão, ser julgado de acordo com as leis que regulam essa atualidade. Assim, a Cuca, personagem criada para disseminar o medo, é quem lhe dá a sentença, que é: “apodrecer no inferno das próximas 500 renações de Narizinho”. Nessa materialidade, constituem-se evidências de que há inversão de valores, instaurando-se efeitos de sentido de que o ‘criador’



submete-se à criatura. No texto-imagem em tela, o enunciado-imagem que dá visibilidade ao escritor subjugado pelos militares faz ressoar o golpe militar, uma ameaça à mídia, diante de discursos em torno da regulação da imprensa e da censura a profissionais que não se submetem ao ‘politicamente correto’.

Referências

AZEVEDO, Reinaldo. A estupidez politicamente correta. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-estupidez-politicamente-correta-atencao-stf-vai-julgar-hoje-monteiro-lobato-tratado-como-criminoso-ou-ministro-fux-censuraria-shakespeare/> Acesso em 12 de dezembro de 2014.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Discurso, arte e sujeito na tessitura da linguagem. In INDURSKI, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. **O acontecimento do Discurso no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2013, p. 127-138.

FIORIN, José Luiz. A linguagem Politicamente Correta. **Revista Linguagem**: São Carlos: SP, Universidade Federal de São Carlos, agosto de 2008 (s.p). Disponível http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticaentecorreta.htm, Acesso em 10 de janeiro de 2015.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua inatingível**. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

HJELMSLEV, Louis. **Prolégomènes à une theorie du langage**. Trad. Anne-Marie Leonard. Paris: Minuit, 1968.

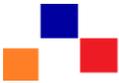
LUFT, Lya. Que Deus nos ajude. <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/monteiro-lobato/>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Discurso fundador**: a fundação do país e a construção da identidade nacional. 2 ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias do Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002a.



_____. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

_____. Sobre o ensino e leitura em uma perspectiva discursiva: “em decúbito dorsal”. In: EERNEST, Aracy, Leffa, Wilson e SOBRAL, Adail. **Ensino e linguagem**: novos desafios. Pelotas: Educat, 2014.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi [et. al]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes 2002.

SALACHE, Loide Andréa. **Os formadores de opinião e o discurso sobre a língua manualizada**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Letras, UNICENTRO, 2014. 153 pp.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Charles Bally e Albert Séchehay (Org.). São Paulo: Ed. Cultrix, 1998.

VENTURINI, Maria Cleci. Mídia, ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. In: TASSO, Ismara, SILVA, Érica (Orgs). **Lingua(gens) em discurso**: a formação dos objetos. Campinas: Pontes Editora, 2014.

Recebido em 25/01/2015.

Aceito em 03/05/2015.

Maria Cleci Venturini

É doutora em Estudos Linguísticos pela UFSM (Santa Maria – RS) e atua como professor adjunto D, na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, na graduação e no Programa de Pós-graduação em Letras. É bolsista produtividade da Fundação Araucária-Pr, desenvolvendo projeto em torno de arquivos e museus no espaço urbano. O presente artigo faz parte do projeto “Análise de Discurso: retorno à teoria”, aprovado pela Fundação Araucária, em 2014, no Programa “Pesquisa Básica e Aplicada”, financiado por essa agência de fomento. E-mail: mariacleciventurini@gmail.com